

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ACTA N.º 21/2010

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2010

(Contém X folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Andreia Martins Cardoso da Costa**-----  
VEREADOR **Francisco Cota Rodrigues**-----  
VEREADORA **Raquel Margarida Pinheiro da Silva**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

## **ACTA N.º 21/2010**

No dia 20 de Setembro de 2010, nesta Cidade de Angra do Heroísmo, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo sob a presidência de **Andreia Martins Cardoso da Costa**, na qualidade de **Presidente da Câmara**, estando presentes os Vereadores **Francisco Cota Rodrigues, Raquel Margarida Pinheiro da Silva, António Lima Cardoso Ventura, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Fernando Francisco de Paiva Dias e Artur Manuel Leal Lima**.-----

Pelas catorze horas e quarenta minutos, a Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, que foi secretariada pela assistente técnica **Fernanda Cristina Pires Amorim Belo Santos**. -----

**REUNIÃO DE 'Data da reunião'**

## **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

### 2.<sup>a</sup> Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento dos Serviços Municipalizados para 2010

Ent.4653 – Segunda Revisão do Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2010, tendo por finalidade proceder a ajustamentos efectuados ao plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.-----

Sobre este assunto, a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a revisão em apreço destinava-se à anulação de alguns projectos e a sua transferência para o ano de 2011, citando quais eram os projectos em causa.-----

O Vereador António Lima Cardoso Ventura referiu que alguns dos investimentos anulados que estavam previstos para o corrente ano eram essenciais aos angrenses, o que a seu ver era uma questão preocupante, tendo em conta que desconhecia-se até quando se previa o adiamento dos mesmos ou até mesmo se aqueles se iriam realizar. Acrescentou o mesmo Vereador que a situação em apreço denotava incapacidade e falta de gestão.-----

Subsequentemente, o Vereador Artur Manuel Leal Lima referiu que uma das questões verificadas tinham sido problemas em alguns procedimentos concursais respeitantes aos furos e saneamento. Continuando, o mesmo Autarca disse que a primeira folha do documento em discussão mencionava que a revisão derivava de ajustamentos, sendo que no caso em apreço não se verificava um ajuste, mas sim uma alteração total do que tinha sido planeado. O Vereador Artur Lima referiu que a situação em causa implicava uma redução significativa na despesa, sendo extremamente grave e revelando alguma falta de competência e incapacidade de gestão.-----

O mesmo Edil prosseguiu aludindo que a execução orçamental tinha um aumento artificial, o que significava também que o orçamento tinha sido mal executado, resultando numa baixíssima taxa de execução, situação que discordava.-----

A Presidente da Câmara Municipal afirmou que se tinha referido a dois projectos especificamente, no âmbito do abastecimento de água e saneamento, os quais

transitavam para o ano 2011. Constatava-se ainda uma componente relevante, que era a construção da oitava célula no aterro sanitário, a qual seria construída no âmbito da nova empresa municipal. A Presidente da Câmara Municipal continuou, mencionando que a execução orçamental não se aumentava artificialmente do modo como o Vereador Artur Lima havia referido, porque havia sempre um orçamento inicial para efeitos de avaliação e comparação. A mesma Edil prosseguiu, dizendo que desde que o orçamento tinha sido aprovado em Dezembro de 2009, muitas situações haviam acontecido. Concluindo, a Presidente da Câmara Municipal referiu que no que dizia respeito a alguns investimentos de pequena dimensão, os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo tinham entendido que os mesmos não eram exequíveis nesta altura.-----

O Vereador Cota Rodrigues informou que as alterações em causa já tinham sido aprovadas pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. Reportando-se ao abastecimento de água às populações, o mesmo Autarca referiu que existiam diversos factores que intervêm, sendo que o corrente ano em termos de pluviosidade tinha sido muito bom. Tinham sido abertos os quatro furos previstos, não tendo os mesmos sido todos equipados por não ter havido necessidade, pelo que deu-se prioridade apenas a um deles.-----

O Vereador Cota Rodrigues mencionou que cumpriram o objectivo proposto em Outubro de 2009, que era fornecer água em quantidade e qualidade. A reserva de água do Concelho de Angra do Heroísmo melhorou significativamente e é também considerada das melhores do País, facto que orgulha os Serviços Municipalizados.-----

No que à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais dizia respeito, o mesmo Edil comunicou que os trabalhos tinham prosseguido, os maus cheiros tinham diminuído e os problemas continuavam, porque a obra tinha sido executada com erros graves de concepção, sendo responsabilidade de quem tinha adjudicado a mesma. Nesse contexto, a actual Câmara Municipal estava a tentar corrigir os erros, adiantando o mesmo Autarca que já existiam mais moradores a solicitar indemnizações.-----

A Presidente da Câmara Municipal procedeu à discriminação dos projectos que teriam início no ano de 2011, informando que a opção de incluir as acções em causa tinha a ver com os procedimentos concursais estarem em marcha, o que não inviabilizava ou impedia que os restantes viessem a ser executados no próximo ano.-----

O Vereador António Ventura mencionou que antes de o Conselho de Administração ter aprovado o documento em apreço, o vogal do Partido Social Democrata fez as suas considerações.-----

O mesmo Autarca continuou, dizendo que não colocava em causa a qualidade da água, nem a disponibilidade da mesma, partindo do princípio que tinha-se verificado bastante ocorrência de pluviosidade no ano em curso.-----

Aquele Edil prosseguiu, mencionando que avaliavam também e tinha sido feito e o que não tinha sido feito, achando que os projectos previstos deviam ter sido realizados. Concluiu, afirmando que não ia concordar com a revisão do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados, tendo em conta que da mesma podiam resultar prejuízos graves.-----

O Vereador Fernando Dias referiu que tem havido na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo já há anos uma sobreavaliação de receita, sendo que aquando da apresentação do orçamento pretendia-se um grande orçamento, mas depois a capacidade de execução da Edilidade tem sido à volta dos quarenta, cinquenta ou sessenta por cento, revelando falta de cuidado aquando da preparação do orçamento.---

O mesmo Edil observou que o documento em discussão não era uma revisão, mas sim uma redução de despesa.-----

O Vereador Artur Lima referiu-se à construção da oitava célula no aterro sanitário, dizendo que tinha tido conhecimento de que os Serviços Municipalizados tinham um estudo elaborado por uma empresa externa, solicitando que o mesmo lhe fosse facultado.-----

Reportando-se à questão política, o que era avaliável era a capacidade de execução.-----

O mesmo Autarca congratulou-se pela qualidade da água, acrescentando que a água de Angra do Heroísmo sempre foi de excelente qualidade.-----

No que concerne ao documento em discussão, o Vereador Artur Lima referiu que não percebia a impossibilidade de em quase um ano não se terem aberto concursos para as obras previstas, as explicações dadas a seu ver não eram suficientes, concluindo que politicamente não podia concordar com este documento.-----

A Vereadora Raquel Silva observou que o orçamento era feito antes de começar o ano e com as devidas precauções, procedimento esse que se tinha sido tido em relação aos furos, sendo que há vinte anos atrás não havia caudais como se verificou no corrente ano.-----

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tinha-se entendido proceder a uma revisão, tendo em conta as matérias relevantes.-----

O Vereador Cota Rodrigues mencionou que efectivamente a precipitação foi mais elevada no corrente ano, sendo evidente que se os caudais estavam elevados não havia a necessidade de equipar os quatro furos, tendo-se equipado apenas um furo.-----

O Vereador António Ventura interrompeu aquele Edil referindo que o que estava previsto como investimento não tinha sido realizado em 2010 e se estavam previstos investimentos era porque tinham sido considerados prioritários.-----

O Vereador Cota Rodrigues retorquiu que após a abertura dos novos furos e com excelente água, o enquadramento tinha mudado, foi feita uma avaliação e nesse seguimento verificou-se que não era prioritário o previsto.-----

O Vereador Artur Lima disse que aquando da tomada de posse do executivo municipal, tinha sido quase dada a garantia dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo de que com os investimentos que tinham sido feitos conjuntamente com os previstos para 2010, garantia-se não haver falta de água, ou seja, eram investimentos imprescindíveis.-----

**A Câmara Municipal, por maioria, rejeitou este documento com quatro votos contra, sendo três dos Vereadores Partido Social Democrata e um do Vereador do CDS-PP e três votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista.**-----

Após a votação deste assunto, a Vereadora Teresa Valadão pediu a palavra para referir que no que dizia respeito às votações, tem existido esgrimas mentais, adiantou que nunca foi uma pessoa cínica não o é nem será e não põe em causa a competência de ninguém. Continuou a mesma Autarca, dizendo que é muito humana e que em vinte e cinco anos nunca teve tantos problemas de consciência como em certas votações do executivo municipal, não achando justo ser co-responsabilizada por assumir esta ou aquela votação.-----

Finalizou, mencionando que aquela era apenas uma análise pessoal e pretende que se entenda que não está em causa a idoneidade das pessoas.-----

A Presidente da Câmara Municipal mencionou que todos estavam conscientes de que a votação tem repercussões, sendo que cada um fazia o melhor que podia de acordo com a sua consciência.-----

O Vereador Cota Rodrigues, dirigindo-se à Vereadora Teresa Valadão, referiu que da sua parte aceitava críticas.-----

3.ª Revisão ao Orçamento e às  
Grandes Opções do Planos relativos a  
2010

Terceira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, relativos a 2010, a qual apresenta os seguintes resultados:-----

**Revisão ao Orçamento:**-----

**Receita** – anulações: €1 012 616,45 (um milhão doze mil seiscentos e dezasseis euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

**Despesa** – anulações: €1 012 616,45 (um milhão doze mil seiscentos e dezasseis euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

**Revisão às Grandes Opções do Plano:**-----

**Anulações** - €902 616,45 (novecentos e dois mil seiscentos e dezasseis euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

A Presidente da Câmara Municipal explicou a razão da reavaliação do orçamento, discriminando projecto a projecto, sendo que em grande parte se devia também à redução das transferências do Orçamento do Estado.-----

O Vereador Fernando Dias afirmou haver no documento em apreço duas componentes da receita corrente, questionando se era necessário fazer uma revisão para redução de receita, porque apenas o aumento global de despesa dava origem a revisões.-----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que apesar de apenas ser obrigatório proceder-se a uma revisão quando se verifica um aumento da despesa, não significava que não se fizesse também quando se entendesse haver uma redução substancial da receita, sendo o caso em apreço. Além disso, também se verificava a introdução de um novo projecto.-----

O Vereador Fernando Dias referiu que o novo projecto era a introdução da asfaltagem da Canada da Missa, na Freguesia do Posto Santo, ficando assim anulada a obra da zona de lazer da mesma Freguesia, insistindo que a lei dizia que não era obrigatoriamente feito por revisão.-----

O mesmo Edil mencionou que a revisão devia ser elaborada apenas com o valor das acções novas, uma vez que a baixa nas receitas era o significado das mesmas, sendo também em parte e como já havia sido dito, devido à redução do Orçamento de Estado.--

O Vereador António Ventura interveio para referir que havia uma responsabilidade da receita que não era imputável à Autarquia e que isso também tinham nascido sobrevalorizado, tendo a Presidente da Câmara Municipal respondido que a verba inscrita tinha sido a mesma que estava inscrita no Orçamento do Estado.-----

**– A Câmara Municipal, por maioria, com três votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e quatro abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, concordou com o presente documento à excepção da matéria respeitante aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, na sequência da rejeição à terceira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano supra apresentada.-----**

**Mais deliberou submeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 54.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----**

Imposto municipal sobre Imóveis (IMI)  
para o ano de 2011

Ent. 1085 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 9 de Setembro de 2010, com vista à manutenção das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a vigorar em 2011, sendo de 0,4% a taxa a aplicar aos prédios urbanos e 0,2% a taxa a incidir sobre os prédios urbanos avaliados, para aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 112.º, n.º 5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta.-----**

Criação de uma empresa municipal

Ent. 1088 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 16 de Setembro de 2010, no sentido de submeter ao órgão executivo uma proposta de criação de uma empresa municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 53.º, n.º 2, alínea l) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, designadamente, o artigo 8.º, n.º 1, alínea a).-----



A Presidente da Câmara Municipal entregou ao restante executivo municipal uma proposta de alteração aos estatutos da empresa municipal Teramb EEM – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, explicando de que se tratava a alteração ponto a ponto. A mesma Edil prosseguiu, referindo que a empresa municipal em discussão é um instrumento importante para a gestão dos resíduos da Ilha Terceira e que nos próximos dois a três anos dar lugar à valorização desses resíduos por via da adopção de uma tecnologia ainda em estudo. Esclareceu ainda que pretende-se candidatar a citada empresa ao programa operacional de valorização territorial (Fundo de Coesão) cuja reprogramação está em decurso em Portugal, sendo desejável a formalização da candidatura até 15 de Outubro, razão pela qual se torna urgente a sua aprovação, tendo em conta os prazos estipulados.-----

O Vereador António Ventura referiu que também partilhava da preocupação de se encontrar uma solução para os resíduos. Contudo, a empresa em apreço resulta num investimento avultado, uma alteração significativa e estrutural, o que merecia alguma reflexão. Adiantou o mesmo Edil que as alterações propostas melhoravam o documento inicial, mas não estava em condições de se pronunciar de imediato sobre a situação apresentada, sendo que precisava de mais tempo para reflectir.-----

A Presidente da Câmara Municipal disse que o papel da Edilidade era propor ou não a criação de empresas municipais à Assembleia Municipal e que podiam optar por não aprovar o documento em apreço, no entanto, estava disponível para esclarecer o que fosse necessário.-----

O Vereador Artur Lima referiu que tinha algumas dúvidas, nomeadamente no que se referia à Assembleia Geral, a qual será composta por dois membros, desconhecendo a composição da Mesa, ao que a Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Mesa da Assembleia Geral era composta por dois elementos, um presidente e um secretário, sem direito a voto.-----

Continuando, o Vereador Artur Lima mencionou que a proposta de alteração era positiva, mas era necessário mais tempo para analisar a mesma, questionando quem era a empresa que tinha elaborado o documento em discussão, tendo a Presidente da Câmara Municipal esclarecido que tinha sido uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, contratualizada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e o estudo foi feito por Helder Fialho.-----

O Vereador Artur Lima reportou-se à proliferação de empresas municipais no País, achando que não havia necessidade de ser criada uma empresa municipal, quando o

que a mesma irá tratar podia ser feito pela Praia Ambiente ou pelos Serviços Municipalizados.-----

O mesmo Edil continuou, referindo que a pessoa que elaborou o estudo diz que não é possível na presente data definir a melhor solução tecnológica disponível no mercado e que se adequa à situação específica da Ilha Terceira. O mesmo Autarca prosseguiu dizendo que se não é possível conhecer-se ainda a melhor solução tecnológica e desconhecendo os impactes ambientais, não pode assim dar um cheque em branco à Câmara Municipal. Adiantou o Vereador Artur Lima que é estranho que existam soluções milagrosas para o tratamento do lixo e produção de combustível e as mesmas ainda não tenham sido tomadas nos Estados Unidos da América.-----

O Vereador Cota Rodrigues informou que os resíduos diferenciados são entregues à Resiaçores, a qual paga e lava os contentores. O mesmo Autarca alertou para a situação de entrar no aterro sanitário por dia cerca de setenta toneladas de lixo indiferenciado, o que se traduz num problema gravíssimo, acrescentando o facto dos problemas dos terrenos do aterro em termos de água, sendo incompreensível como no passado se pode localizar um aterro sanitário numa caldeira, se bem que nessa altura a sensibilidade ambiental era outra.-----

O Vereador Artur Lima questionou qual o tempo de vida média do aterro, tendo o Vereador Cota Rodrigues respondido que cada bolsa tinha cerca de dois anos e meio a três de vida.-----

O Vereador Cota Rodrigues afirmou que já há vários anos que se andava a falar em cooperação entre as duas Câmaras, achando que com a criação da empresa municipal Teramb, estava-se a dar um passo significativo nesse sentido.-----

O mesmo Edil acrescentou que existem várias alternativas tecnológicas possíveis e que se encontravam em avaliação, sendo com esse objectivo que ia receber na Autarquia dois técnicos vindos dos Estados Unidos da América.-----

O Vereador Fernando Dias comentou que o mais urgente actualmente era a questão da candidatura, tendo a Presidente da Câmara Municipal retorquido que a inclusão da iniciativa no programa operacional de valorização territorial (Fundo de Coesão) era imperiosa fazer-se agora, sob pena de se perder a oportunidade. Adiantou a mesma Edil que a procura da solução tecnológica bem como a criação da empresa estão a decorrer em paralelo.-----

A Presidente da Câmara Municipal disse que a seu ver os interesses do Concelho ficavam bem salvaguardados nas alterações agora propostas. Comprometeu-se a

mesma Edil a dar conhecimento tanto ao executivo municipal como ao órgão deliberativo do Município de todas as etapas conducentes quanto à tomada de decisão da solução tecnológica.-----

A Vereadora Raquel Silva mencionou, na qualidade também de vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, que em todas as reuniões se fala numa solução para os resíduos.-----

Seguidamente, o Vereador Fernando Dias colocou mais algumas dúvidas e propôs que quando fosse para votarem documentos desta natureza era conveniente fazerem-se reuniões intercalares de trabalho, a fim de melhor se analisarem os mesmos com todo o elenco camarário, tendo a Presidente da Câmara Municipal demonstrado a sua disponibilidade para esclarecer todas as dúvidas sempre que necessário fosse.-----

Nesse contexto, o Vereador Artur Lima fez o reparo de que na Praia da Vitória não tinha havido respeito pela oposição.-----

Posteriormente, a Vereadora Teresa Valadão chamou a atenção para o facto de haver prazos a cumprir no que dizia respeito à candidatura da empresa municipal ao citado programa operacional de valorização territorial, o que fazia com que se tivesse de trabalhar de forma célere, sob pena de ser gravosa a não aprovação do documento em apreço.-----

O Vereador Artur Lima questionou se na fase subsequente, aquando da escolha dos parceiros, a Câmara Municipal tinha alguma interferência na escolha do parceiro, ao que a Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente e informou que a parceria resultaria de um concurso público internacional. A mesma Edil comprometeu-se a dar conhecimento do caderno de encargos ao executivo municipal antes de ser levado a concurso. Adiantou que apesar de existirem competências que seriam da Câmara Municipal e outras que não, daria conhecimento de todo o andamento do processo em causa.-----

Subsequentemente, foi feito um interregno na reunião, a fim de procederem a mais algumas alterações a correcções no documento a votar, sendo que após as mesmas o Vereador António Ventura foi da opinião de que o documento tinha melhorado substancialmente, apesar de não satisfazer todos os requisitos, razão pela qual os Vereadores do Partido Social Democrata se iam abster. Todavia, tendo em conta os já mencionados prazos para apresentação da candidatura, enquanto oposição não queriam prejudicar o Concelho.-----

O Vereador Fernando Dias preveniu de que o caderno de encargos quando fosse apresentado na reunião do executivo municipal deveria vir acompanhado de pareceres

de especialistas, ao que a Presidente da Câmara Municipal retorquiu que o júri poderia ter o apoio de consultoria, no entanto, o mesmo tinha que estar devidamente fundamentado.-----

**A Câmara Municipal, por maioria, aprovou esta proposta com três votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e quatro abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----**

**Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-----**

**Do Vereador do CDS-PP:-----**

**“1 – Os estatutos originais da referida empresa, no nosso entender, jamais poderiam ser aprovados, sobretudo devido à exagerada amplitude do seu objecto, que levava praticamente ao esvaziamento da totalidade de competências importantes, quer camarárias, quer dos Serviços Municipalizados, e da Culturangra. Acresce ainda o facto de que, segundo os estatutos inicialmente propostos, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ficaria sem forma de controlo da actividade dessa empresa e também sem poder de nomear ou exonerar os respectivos membros do Conselho de Administração.-----**

**2 – O estudo económico e financeiro apresentado não tem a identificação da empresa que o elaborou, sendo apenas assinado por Hélder Fialho, por nós desconhecido. Apesar de existirem várias tecnologias para tratamento de resíduos sólidos urbanos (R.S.U.), o autor não identifica nenhuma, mas curiosamente refere que é impossível escolher a mais adequada para a ilha Terceira. Por outro lado, também não refere, nem sequer como previsão, os custos de investimento e de exploração, quando, por exemplo, e a título meramente indicativo, poderia referir o custo da tecnologia de incineração, pelos vistos do seu conhecimento e a funcionar em São Miguel.-----**

**3 – No ponto 4 do relatório do estudo supramencionado, toda a argumentação é confusa e pouco clara, confundindo “*impactos*” com “*intenções*”. Não deixa, no entanto, de (na página 17) introduzir o princípio do “*poluidor-pagador*” para “*...redução dos actuais índices de sub-financiamento relativos à gestão do Aterro Sanitário*”. Deste modo, colocamos dúvidas sobre tudo isto, uma vez que foi feito à pressa, sem qualquer rigor e porque apenas tivemos conhecimento tardiamente.**

**4 – Construtivamente propusemos alterações aos estatutos e registamos a postura activa e colaborante da Sra. Presidente, quer na sua pertinência, quer na aceitação das nossas propostas. Registamos ainda o compromisso da Sra. Presidente em manter informado o executivo camarário sobre as futuras fases do processo.-----**

**O problema dos R.S.U. é complexo e precisa de ser resolvido urgentemente. Todos concordamos com isso. Apesar das melhorias introduzidas nos estatutos, o**

**relatório económico e financeiro é por demais frágil, evasivo e pouco rigoroso, não nos dando a confiança necessária para o apoio sem reservas a este projecto.--**

**Assim, ficamos com muitas dúvidas por esclarecer, justificando desse modo o nosso voto de abstenção.-----**

**P.S. – Deixamos apenas mais uma ideia: “*Green Islands*”?”-----**

**Dos Vereadores do Partido Social Democrata:-----**

**“Os vereadores eleitos pelo PSD abstiveram-se na deliberação da criação da empresa municipal para o tratamento dos resíduos sólidos e entenderam produzir a seguinte declaração de voto:-----**

**- Reconhecem que o tratamento e destino final dos resíduos sólidos do Concelho de Angra e da Ilha Terceira constitui um problema que urge resolver, para o qual se tem de encontrar urgentemente uma solução técnica adequada tendo em conta a quantidade e a qualidade do material a tratar e o respectivo conhecimento científico-técnico à data existente;-----**

**- Entendem que toda e qualquer informação sobre o assunto que futuramente venha a surgir terão de ser informados atempadamente e minuciosamente de todos os procedimentos processuais que serão necessários executar a partir de agora, para se encontrar e executar uma solução técnica adequada para a gestão e tratamento dos resíduos do Concelho;-----**

**- Registam o envolvimento pessoal da Presidente de Câmara que prometeu cumprir e fazer cumprir a transmissão, a partir de agora, de toda e qualquer informação aos vereadores da oposição sobre este assunto;-----**

**- Concordam que a constituição de uma empresa municipal, constituído pelos dois municípios, poderá ser interessante para gerir o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos do Concelho e de toda a Ilha;-----**

**- Sublinham que as alterações significativas introduzidas à proposta inicial de estatutos desta empresa, permitiram arrancar uma plataforma consensual mínima de entendimento, apesar do curto tempo disponível e dos condicionalismos a que estava sujeita;-----**

**- Reconhecem urgência na constituição desta empresa municipal, face à informação veiculada pela Presidente da Câmara de que até 15 de Outubro próximo terá de haver uma candidatura a apresentar por aquela entidade onde constem um conjunto de intenções de investimento nesta área a fundos comunitários sob pena de se perderem importantes apoios financeiros;-----**

**- Reafirmam que decisões desta importância não podem estar condicionadas a intervalos de tempo tão reduzidos para informação e análise dos Vereadores e não estão disponíveis para aceitar a repetição destas condições de pressão de qualquer outra proposta, nesta ou noutra área que futuramente venha a ser apresentada;-----**

- Anotam que o estudo de viabilidade económica apresentado, não contempla a actividade futura para a qual a empresa foi criada uma vez que a solução técnica de tratamento dos resíduos sólidos não foi ainda encontrada, tarefa que caberá aquela entidade;-----

- Sublinham que o estudo de viabilidade apresentado, quantifica custos e proveitos de acordo com a actual situação de funcionamento do aterro, tendo por base um quadro de pessoal mínimo e insuficiente, não identifica ganhos de qualidade e de racionalidade e baseia-se em dados não coerentes com os que são apresentados no Relatório das Contas dos Serviços Municipalizados. Por exemplo, as quantidades de resíduos depositadas no aterro em 2009 e consideradas no estudo são de 31 519,48 ton. e o Relatório de 2009 dos Serviços Municipalizados indicava 26 183,58 ton. o que implicava menos 121 608 € nos proveitos e fazendo com que os resultados líquidos do exercício previsional fosse negativo. A ausência de custos previstos para a Administração da empresa, a previsão em proveitos de um subsídio para actividades de interesse geral provenientes dos dois municípios mas sem repercussão nos custos para sensibilização ambiental, o pressuposto de uma tarifa média de deposição de de RSU para privados e empresas na ordem dos 12 €/ ton. quando actualmente, para particulares ela é de 1, 5 €, leva-nos a concluir que o estudo de viabilidade apresentado é insuficiente.”-----

Após a votação, o Vereador Fernando Dias pretendeu registar o compromisso por parte da Presidente da Câmara Municipal no sentido de dar conhecimento a toda a Vereação do andamento do processo da empresa municipal Teramb.-----

A Vereadora Teresa Valadão referiu que era muito importante salientar a abertura global que se verificou, a fim de inserirem as correcções propostas por todos.-----

Recomendação dos Vereadores do  
Partido Social Democrata

Ent. 4597 – Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata, de 9 de Setembro de 2010, no sentido da Câmara Municipal solicitar ao Governo Regional informação quanto à data a partir da qual serão disponibilizadas as passagens aéreas de e para os Açores a um preço inferior a cem euros. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta recomendação.**-----

## ENCERRAMENTO

Pelas **dezanove horas e oito minutos** não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.

A Presidente da Câmara Municipal,

.....

A funcionária que lavrou a acta,

.....